

DA INTEGRAÇÃO TERRITORIAL À FORMAÇÃO DO ESPAÇO POLÍTICO: PENSANDO A DEMOCRACIA NAS COMUNIDADES PACIFICADAS DO RIO DE JANEIRO

Rubens Buarque de Gusmão - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
rubensgusmao@gmail.com

RESUMO

A criação do programa de pacificação nas comunidades cariocas emerge como alternativa interessante de se repensar a relação entre moradores e poder público, propondo integrar econômica e socialmente as favelas cariocas ao entorno urbano. O presente trabalho objetiva aferir se as áreas recém-pacificadas cumprem as premissas básicas para se constituírem espaços políticos, ou seja, pretende-se avaliar até que ponto as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) estimularam a criação novos canais de diálogo entre governo e moradores, além de mensurar até que ponto os habitantes locais têm sido consultados e participam das políticas públicas direcionadas para as comunidades em questão.

INTRODUÇÃO

Desde seu surgimento, as favelas cariocas têm sido vislumbradas como zonas de risco, áreas nocivas à sociedade, sobretudo pela dificuldade histórica do poder público em se fazer presente de modo incisivo nesses espaços. Dentro dessa complexa trama de tensões que envolve as comunidades do Rio de Janeiro, o surgimento do projeto de pacificação surge como uma possibilidade interessante de repensar o cenário em tela, sobretudo pela concepção diferenciada do modelo de intervenção estatal nesses espaços. De acordo com Henriques (2012), a UPP social busca oxigenar a relação entre Poder Público e moradores, por meio da coordenação de políticas públicas, participação ativa dos habitantes locais, iniciativa privada e sociedade civil. Diante do exposto, a possibilidade de se pensar o espaço político nos referidos locais desponta como objeto de interesse da pesquisa em curso.

O presente trabalho objetiva analisar o fenômeno da incorporação formal das favelas pacificadas ao espaço urbano carioca, em especial no caso do Morro Santa Marta, local incumbido de sediar o projeto piloto do programa de pacificação. Posto isso, busca-se avaliar as particularidades da dinâmica de integração na comunidade,

sublinhando a participação dos atores locais nas políticas públicas fomentadas em favor da localidade.

O interesse pela referida temática justifica-se em função de alguns fatores patentes; a problemática da violência urbana sempre usufruiu lugar de destaque na agenda de preocupações do poder público. No caso do Rio de Janeiro, a discussão acerca da criminalidade ganha contornos ainda mais delicados, sobretudo pela pungência das disparidades que se avolumam sobre o território em questão. Conforme adverte Souza (2008), no que tange a cidade carioca, sua própria topografia permite identificar nitidamente a fragmentação sócio espacial do tecido urbano, os morros existentes são comumente eleitos como nascedouros da violência, com isso, cresce no imaginário popular um sentimento de insegurança crônico, diretamente associado à existência desses denominados espaços “indesejáveis”. Fato que acaba contribuindo para o crescente abandono e estigmatização dessas áreas. Em face do apresentado, a originalidade do projeto de pacificação, bem como seus resultados iniciais parece indicar perspectivas promissoras, que merecem ser averiguadas mais detidamente. É sabido que, ao longo do século passado, o Estado colecionou insucessos na tentativa de transformar a realidade dos moradores das favelas do Rio, sobretudo pelo caráter paliativo das políticas públicas aplicadas, que via de regra colidiam com as restrições impostas pelo poder do tráfico armado. Desse modo, o advento das UPPs representa um esforço do poder público no sentido de reaver o controle desses territórios, para tal, lança mão de uma estratégia de ocupação diferenciada.

Segundo as diretrizes do programa das UPPs, o processo de pacificação de qualquer comunidade obedece a uma lógica comum, envolvendo diferentes etapas. Antes da criação efetiva da UPP, acontece a ocupação do território pelas forças de segurança, assegurado o controle da área pelo Estado, as unidades de polícia pacificadora levantam as demandas gerais de cada comunidade e consolidam seu plano de ação. A partir daí entra em cena um dos alicerces do programa, sua vertente social, que ambiciona concatenar os interesses do poder público com as carências das comunidades. Nesse sentido, Henriques (2012) relata que a lógica do plano de pacificação é considerar cada comunidade como única, isto é, apresentando especificidades, traços característicos próprios. Sendo assim, uma política que alcance êxito numa determinada favela pode estar fadada ao insucesso

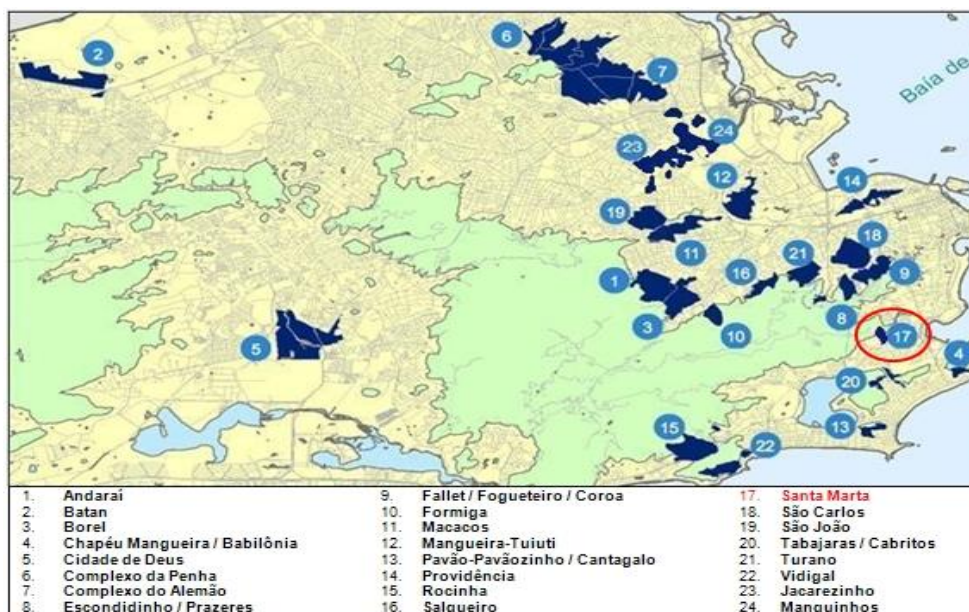
em outra comunidade próxima. Nesse contexto, a participação ativa dos habitantes locais é quesito essencial para o êxito do programa, principalmente pelo seu conhecimento prévio da realidade das comunidades e das nuances que circunscrevem esses territórios.

O programa UPP social traduz suas aspirações por meio de três objetivos principais¹:

- Auxiliar no fortalecimento da dinâmica de pacificação e incentivo a prática da cidadania nos espaços com UPPs.
- Fomentar o desenvolvimento das áreas pacificadas, seja na esfera urbana, social ou econômica.
- Viabilizar a integração efetiva desses territórios ao conjunto da cidade

O projeto de pacificação, concebido em 2008, abarca atualmente 121 comunidades cariocas, distribuídas em 24 territórios. O termo território vem sendo apropriado pelo governo para designar as áreas da cidade que possuem UPP. A título de ilustração, caso alguém queira considerar as comunidades com UPPs como um espaço contíguo e integrado, este pode ser comparado a uma cidade com pouco mais de 400.000 habitantes e 11.000 m² de extensão². A imagem abaixo indica os territórios pacificados na cidade do Rio de Janeiro, com ênfase na área de estudo inicial, A comunidade Santa Marta.

Territórios com UPPs (2013)



Fonte: <http://www.uppsocial.org/territorios/> - Adaptado pelo autor

1- Portal eletrônico UPP Social - Programa oficial do projeto

2- Base de dados sobre os territórios, Portal eletrônico UPP Social

Um dos braços do programa UPP social consiste no plano “Vamos Combinar”. Trata-se de um projeto que visa promover a cooperação mútua entre moradores e poder público. Busca-se, portanto conciliar as demandas dos habitantes locais com as ofertas em potencial do Estado e demais atores, resultando em políticas públicas que atendam os reais interesses das áreas pacificadas. O esquema abaixo sintetiza a dinâmica geral do projeto: Enquanto o Estado entra com os recursos, parcerias com terceiros e treinamento de pessoal qualificado, cabe aos moradores monitorar e participar das discussões junto às instituições públicas, fazendo uso de seus conhecimentos sobre o território.

Esquema ilustrativo do projeto “Vamos combinar”



Fonte: Elaborado pelo autor

PROBLEMÁTICA E OBJETIVO

A problemática central que norteia a pesquisa diz respeito à relação entre território e espaço político, mais precisamente consiste em pensar a emergência do espaço da política dentro das comunidades que experimentaram o processo de pacificação na cidade do Rio de Janeiro. Em outras palavras, deseja-se avaliar se a implantação das UPPs viabilizou o surgimento de novos canais de diálogo entre moradores e poder público e quais os resultados palpáveis dessa interlocução.

Busca-se com isso, mensurar o nível de engajamento dos habitantes locais na criação de políticas públicas direcionadas às localidades em questão. A partir da análise do tema proposto, afloram outras questões que estão intimamente vinculadas a problemática central, relativas à incorporação formal e simbólica das favelas pacificadas ao corpo da cidade.

Posto isso, uma questão central será o fio condutor da pesquisa:

- Os territórios pacificados se converteram efetivamente em espaços políticos?

Todavia, há outras problemáticas que estão diretamente atreladas ao eixo principal do trabalho e complementam o escopo da pesquisa. O desvelamento dessas questões é substancial para a maturação do trabalho. São as seguintes:

- Qual a participação dos moradores locais nesse processo?
- Qual o grau efetivo de integração das favelas pacificadas ao entorno da cidade?
- Quais paralelos podem ser estabelecidos com outras escalas de análise passíveis de processos similares?

Tomando como ponto de partida as questões propostas, o objetivo geral do trabalho consiste em averiguar se as áreas pacificadas cumprem as premissas básicas para se constituírem espaços políticos, isto é, pretende-se investigar até que ponto os moradores têm tido voz ativa para externar suas demandas e pleitear junto às autoridades competentes soluções adequadas à realidade do local onde residem. Ademais, busca-se também analisar a forma como o governo tem articulado os interesses dos diferentes atores que povoam esses espaços, em especial dos habitantes locais. Em suma, busca-se examinar as implicações territoriais da dinâmica de pacificação nas comunidades alvo do aludido programa.

REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL

No que concerne ao referencial teórico-conceitual, a pesquisa ancora-se em torno de dois conceitos imprescindíveis para o desenvolvimento do trabalho, que estão intimamente imbricados e balizam análise do objeto de estudo. São eles: espaço político e território. Não obstante, vale enfatizar que os conceitos empregados são em grande medida complexos, ricos em interpretações e alvo de

diferentes abordagens. Com isso, buscou-se dialogar com autores que estabelecessem definições que melhor se enquadrem dentro do eixo temático do estudo.

Numa primeira aproximação, almeja-se examinar conceito de espaço político, ainda pouco explorado por geógrafos brasileiros, tendo em Castro (2005) um de seus principais expoentes, nas palavras da autora:

“Demarca um território onde interesses se organizam, as ações possuem efeitos necessariamente abrangentes em relação à sociedade e ao seu espaço e onde existe a possibilidade do recurso à coerção, pela lei ou força legítima” (CASTRO, 2012, p.67).

Antes de se aprofundar nos meandros teóricos dão corpo ao conceito em questão, cabe salientar o espaço político é, antes de qualquer coisa, um espaço público. Dessa forma, recorre-se a Gomes (2012) para esquadrihar as características desse espaço tão familiar a noção de espaço político. Na concepção do autor supracitado, a ideia de espaço público extrapola o sentido usual do termo, fundamentando-se em alguns atributos essenciais. Na ótica do autor, o espaço público é o espaço da coexistência, do convívio entre os indivíduos, essa vivência com o outro se torna pública mediante o princípio da publicidade, que confere visibilidade aos diálogos instaurados nesses espaços. Outro atributo inerente a esse espaço é a civilidade. Existe um tipo de conduta adequado, que se espera das pessoas que freqüentamo local em questão.

Para Gomes, Todo espaço público possui uma dupla dimensão, além de apresentar um aporte físico, tangível, também dispõe de um prisma imaterial, palco das interações sociais. A convivência nesse espaço pressupõe a existência de algumas regras gerais que possibilitem o acesso e a apropriação desses espaços por parte dos indivíduos de modo isonômico. Dando continuidade a sua análise, Gomes endossa o caráter forma-conteúdo do espaço público, em sua ótica, ao mesmo tempo em que esse espaço condiciona determinados modos de agir, ele também é influenciado por certas condutas, isto é, é o espaço das trocas diárias (GOMES, 2012).

Ao se reaproximar do conceito de espaço político, dialoga-se com Arendt (1998), para a autora, o espaço público político é o lugar do auto-entendimento, da gestão dos conflitos de interesse, isto é, a política em si consiste em uma estratégia de organização da diversidade. Nesse sentido, Castro (2012) chama a atenção para

o fato de a ordem ser um atributo inerente do espaço político, cabendo ao Estado zelar pelo cumprimento de determinadas regras fundamentais para o convívio entre os diferentes, recorrendo em última instância ao poder coercivo, sempre legitimado pelos atores sociais que integram e produzem esses espaços. Apesar das similitudes existentes entre o espaço público e o político, este último não deve ser confundido com aquele, sobretudo pela sua complexidade. De acordo com a autora supracitada, o atrito permanente entre os diferentes espaços dos fenômenos políticos, traço característico do espaço político, é o que permite distingui-lo das outras formas de espaço objeto de estudo da geografia. Diante desse quadro, Castro propõe pensar o espaço político a partir três elementos que permitirão unir o conceito ao mundo real e enriquecer as perspectivas da pesquisa geográfica. São os seguintes: métrica, escala e substância. A partir do momento que a política se territorializa em torno de esferas operacionais das ações públicas, delimitam-se espaços por meio de uma métrica precisa. Já a substância refere-se ao teor das políticas que são aplicadas nesse espaço. Ademais, tanto métrica quanto substância se manifestam em variadas escalas, dependendo do fenômeno político observado (CASTRO, 2012, p.64).

No tocante a discussão teórica acerca do conceito de território, Souza (1995) procura ressaltar as disputas de poder como foco central do conceito, para o referido autor, as relações de poder são responsáveis por delimitar a formação desse espaço. De acordo com Castro (2005), o território constitui o alicerce material e simbólico, o palco dos interesses e conflitos entre os atores sociais que produzem e são condicionados por estes espaços. Em seus estudos sobre território e segregação socioespacial, Souza (2008) chama a atenção para o descolamento cada vez maior dos espaços marginalizados da cidade em relação ao entorno urbano, um dos exemplos mais latentes desse processo são as favelas cariocas. Segundo o autor, as diferentes formas de segregação evidenciadas no cotidiano das grandes metrópoles são apenas expressões de um processo bem mais amplo e complexo, que vem ganhando consistência no espaço urbano. Denomina-se esse fenômeno de fragmentação do tecido sociopolítico-espacial. De acordo com a referida concepção, a ideia de fragmentação representaria partes da cidade que estão sobremaneira divididas e que nunca ou muito pouco se conectam, simbolizando verdadeiros pedaços (Souza, 2008).

No que tange a territórios tidos como perigosos, Certeau (1994) relata que as próprias narrativas e simbologias associadas a estes espaços tendem a afetar o itinerário espacial da população urbana no seu dia a dia. Na concepção do autor, os estereótipos criam espécies de mapas simbólicos das localidades, elencando com isso, áreas preferenciais para a circulação. Áreas mais carentes como as favelas, sobretudo pela ausência do Estado em vários aspectos, costumam ser vistas pela sociedade sob um prisma eivado de preconceito, sendo tidas como abrigo de meliantes, locais onde se justifica a ação truculenta e às vezes até ilegal do aparelho estatal (Fortuna, 2011).

Nas palavras de Becker (1997), o governo também possui papel fundamental na dinâmica de integração de um dado território e nas possíveis vantagens locacionais que este pode lograr, nas palavras da autora:

“São os lugares e territórios com acesso à informação os que possuem hoje vantagens comparativas, apresentando maior potencial para competir e rapidamente passar a novas formas de produção. Em outras palavras, a forma e o próprio nível de integração física e de relações espaciais é fruto da interação dos centros de comando e dos interesses e iniciativas políticas regionais e locais” (BECKER, 1997)

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No intuito de alcançar os objetivos estabelecidos, é essencial adotar uma linha metodológica coerente e eficaz. Posto isso, o andamento do trabalho ancora-se nas seguintes etapas:

1- Primeiramente efetuou-se uma revisão da literatura, indispensável para um melhor embasamento crítico e aprofundamento da discussão teórico-conceitual. Conceitos inerentes à pesquisa, como território, democracia, espaços públicos e políticos, foram destrinchados mais a fundo.

2- Num segundo momento realizou-se um levantamento minucioso de dados a respeito da área de estudo inicial, a comunidade Santa Marta. Apurou-se, dentre outros condicionantes, o perfil demográfico e socioeconômico dos moradores locais. Além disso, procurou-se analisar o aporte infraestrutural e as características gerais do sítio geográfico que sustém a comunidade.

3- A terceira fase consistiu na pesquisa de campo propriamente dita. Questões como liberdade de locomoção dos pesquisadores e receptividade dos habitantes do morro foram investigadas por meio de visitas periódicas do grupo de pesquisa. Tanto a parte empírica quanto o inventário teórico foram fundamentais para a formulação dos questionários na fase posterior.

4- A etapa seguinte trata da elaboração e aplicação dos questionários de campo. Em seu estágio atual, a pesquisa em curso encontra-se dentro desta fase. Através de uma pesquisa qualitativa com os habitantes da região, busca-se compreender a percepção particular dessas pessoas, seu parecer sobre o processo de pacificação. Segue abaixo o modelo de questionário piloto que foi aplicado inicialmente:

Modelo de questionário piloto

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Grupo de Pesquisa sobre Política e Território

15/11/2012

Perfil do Entrevistado: Sexo - M F
Faixa Etária: 15 a 24 25 a 40 41 a 59 60 ou mais

1- Você considera que existe democracia no Brasil?

Sim Não Por quê?

2- Existem espaços públicos na comunidade? Locais onde as pessoas costumam se encontrar, conversar, debater assuntos de seu interesse?

Sim Não Quais?

2.1 - Isso mudou após a implantação da UPP?

Sim Não Por quê?

3- Existem espaços de diálogo entre moradores e Governo dentro do Santa Marta?

Sim Não Quais?

3.1 - Você participa desses espaços?

Sim Não

3.2 - Com que frequência?

Quase sempre Regularmente Muito pouco

4- Em sua opinião o programa UPP social trouxe melhorias para a comunidade?

Sim Não Quais?

4.1- Os habitantes locais participaram dessas mudanças?

Sim Não

4.2 - De que modo?

No tocante aos critérios empregados para montagem dos questionários, antes de tudo, pretende-se traçar o perfil básico do entrevistado, por meio do sexo e grupo etário no qual está alocado. Intenta-se com isso, pesar até que ponto perfis distintos resultam em visões de mundo e interesses cambiantes. Em relação ao questionário em si, decidiu-se trabalhar com perguntas híbridas. Todas as perguntas começam fechadas, todavia, dependendo da resposta do entrevistado podem tornar-se abertas. Preferiu-se adotar essa metodologia para avaliar mais detidamente a linha de raciocínio dos entrevistados, sem deixar o questionário enfadonho para os mesmos.

A pergunta inicial parte de uma escala mais ampla, busca-se analisar se os moradores consideram viver num país democrático e qual sua concepção sobre democracia. A pergunta seguinte refere-se à temática dos espaços públicos, premissas básicas para a constituição de um espaço político. Ademais, pretende-se mapear a distribuição desses locais dentro da comunidade. A terceira questão trata mais especificamente da existência de espaços políticos, isto é, se há de fato canais de diálogo entre habitantes locais e poder público no Santa Marta, além de procurar mensurar o grau de engajamento dos moradores nas políticas públicas voltadas para sua região. A última pergunta diz respeito às mudanças ocorridas na comunidade que foram fruto do processo de pacificação. Nesse sentido, deseja-se valorar o parecer final dos moradores sobre o projeto das UPPs em sua localidade.

5- A última fase da pesquisa que será referente à aplicação de entrevistas. Serão entrevistadas as lideranças locais do Santa Marta, pessoas que de alguma forma auferiram posição de destaque dentro da comunidade e possuem influencia sobre determinados grupos sociais. Acrescente-se ainda, também serão entrevistados representantes do governo diretamente atrelados ao projeto de pacificação e policiais da UPP que vivenciam o cotidiano do lugar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em questão ainda se encontra em estágio de desenvolvimento, posto isso, os resultados logrados até o momento são ainda incipientes. Todavia, é possível apontar algumas constatações iniciais sobre a dinâmica de pacificação no morro Santa Marta e o ponto de vista dos moradores sobre o processo. A primeira consideração aqui exposta faz menção ao fator mobilidade, isto é, a liberdade de locomoção dos visitantes dentro da comunidade. Os pesquisadores encontraram grande facilidade para se deslocar no seio da favela, não havendo necessidade de comunicar previamente sua breve estadia a nenhum habitante do local. Além disso, turistas foram avistados com frequência, explorando a área sem maiores empecilhos.

No que concerne às observações referentes aos questionários em particular, cabe aqui frisar a dificuldade inicial encontrada para a aplicação dos mesmos. Ao se adentrar no morro, buscou-se abordar os indivíduos que figurassem em meio ao trajeto em direção a parte mais elevada da comunidade. Em não poucos casos, a atitude solícita dos moradores num primeiro momento convertia-se em rostos cerrados e expressões hesitantes, que se recusavam a responder o questionário quando ficavam a par do teor da pesquisa. Nesse sentido, a temática das UPPs pareceu suscitar certo desconforto por parte de alguns entrevistados, não se sabendo ainda os motivos dessa recusa. Tendo em vista o impasse inicial no contato com os habitantes locais, procurou-se modificar a estratégia de aproximação para com os moradores. Optou-se então por abordar as pessoas que estavam na fila à espera do plano inclinado (espécie de elevador que funciona sobre trilhos e permite a circulação dos indivíduos entre as diferentes partes do morro). Os moradores que ali se encontravam mostraram-se bem mais acessíveis para participar da pesquisa, o tempo ócio a espera do plano inclinado, cerca de 20 minutos, pareceu torná-los mais afáveis, e a partir daí, a aplicação dos questionários transcorreu sem dificuldades.

Em se tratando das respostas obtidas junto aos moradores, chama a atenção em princípio, sua dificuldade para responder a primeira questão, relativa à prática democrática no país. Um número substancial de entrevistados indagava os pesquisadores quanto ao significado preciso do termo, para em seguida dar um

parecer sobre o assunto, a maior parte concordou que de fato vive num país democrático. No tocante a existência de espaços públicos no local, houve unanimidade em designar alguns espaços tradicionais do morro imbuídos dessa função, como por exemplo: o espaço da associação de moradores, a quadra de futebol e a famosa laje do Michael Jackson, visitada pelo cantor durante a gravação de um clipe em 1996. Já com relação à presença de espaços de interlocução entre moradores e Governo, os moradores revelaram-se um pouco céticos sobre a questão. Os mesmos apontavam na maioria das vezes a quadra da associação de moradores como o espaço que se enquadrava nesse perfil, contudo, admitiam que reuniões com essa finalidade raramente existiam e, quando aconteciam, eles não estavam inclinados a participar. No que diz respeito as melhorias trazidas pela pacificação, a segurança foi o quesito mais enfatizado. Na opinião dos habitantes locais, a comunidade tornou-se bem mais segura, o que não significou ausência do tráfico de drogas, que continua existindo, mas agora desprovido de poderio bélico. Em suma, ao longo da pesquisa observou-se que ocorreram algumas melhorias palpáveis no Santa Marta, especialmente no caso da segurança e da facilidade de acesso à comunidade. Não obstante, existem ainda muitos problemas latentes que os moradores enfrentam. Acrescente ainda, a presença de muitas lacunas que obstruem o diálogo regular entre habitantes e poder público. Sendo assim, o espaço político em essência, revela-se ainda bastante tímido na região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDDT, Hannah. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BECKER, Bertha. **Tendências de transformação do território no Brasil. Vetores e circuitos.** Revista Território, 1(2), 1997
- CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- _____, Iná Elias de. **O espaço político: Limites e possibilidades do conceito** in Olhares Geográficos, modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- CERTEAU, Michael de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** Petrópolis: Vozes, 1994.

FORTUNA, Vânia Oliveira. **Temores da cidade: medo e violência nas páginas do jornal O Globo**. In Olhares urbanos: Estudos sobre a metrópole comunicacional. São Paulo: Summus editorial: 2011.

GOMES, Paulo César da Costa. **Espaços públicos: Um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço** in Olhares Geográficos, modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HENRIQUES, Ricardo. E-metropolis, **revista eletrônica de estudos urbanos e regionais**. Ano 3, Nº8. Março 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole, o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____, Marcelo José Lopes de. **O território: sobre espaço, poder, autonomia e desenvolvimento**. In: Castro et al. (orgs.) Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

Outras Fontes de consulta

IBGE. **Censo demográfico**: 2010. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010rpv.asp?o=4&i=P>>. Acesso em: 15/08 2012.

FAVELA TEM MEMÓRIA. **Portal de notícias**. Disponível em: <http://www.favelatemmemoria.com.br/>. Acessado no dia 20/08/2012.

UPP SOCIAL. **Site oficial do Programa**. Disponível em: <http://www.uppsocial.org/>. Acessado no dia 18/08/2012.